

# Mário Fernando de Campos Pinto

## Curriculum Vitae



Nasceu em Torre de Moncorvo, em 1931.

Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da UCP de 1974 a 1979 e de 1999 a 2005.

Especializou-se em Direito do Trabalho, que começou (desde 1958) por cultivar como Assistente no Centro de Estudos Sociais e Corporativos da Junta de Ação Social, sob a direção de Adérito Sedas Nunes, e ao lado de outros Assistentes como Mário Murteira, João Salgueiro, Henrique Barrilero Ruas e António Silva Leal. Ensinou Direito e Ciências Sociais em várias universidades portuguesas: na Faculdade de Economia do Porto, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto e de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e na Universidade Católica, em Lisboa. Foi bolseiro e Professor convidado nas universidades de Florença (Itália), de Navarra (Espanha) e de Trier (Alemanha). Destacou-se na criação e na direção de várias associações científicas nacionais e internacionais. Jurista do trabalho e estudioso do sindicalismo, Mário Pinto empenhou-se na dignificação das condições de trabalho, na defesa do sindicalismo e da liberdade sindical, contribuindo decisivamente para a consolidação em Portugal de estruturas sindicais democráticas e para uma cultura de concertação social, designadamente na criação do Conselho de Concertação Social. Na Fundação Oliveira Martins, que o conta entre os seus fundadores, ao lado de Francisco Sá Carneiro, dedicou uma generosa atividade de formação de quadros sindicais, e esteve influentemente na origem da criação da UGT.

A sua dedicação às causas da liberdade e da justiça social seria reconhecida pela Conferência Episcopal Portuguesa, que fez dele o primeiro Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz.

Desde cedo se tornou visível o empenho de Mário Pinto pela liberalização da vida pública, como membro ativo no Centro Académico de Democracia Cristã, em Coimbra, de que foi Vice Presidente, como delegado em Coimbra do Jornal Encontro, como militante na Juventude Universitária Católica, na participação do movimento "O Tempo e o Modo", na solidariedade ativa expressa ao Bispo do Porto exilado e nos esforços para conseguir o seu regresso à diocese, na assessoria jurídica que prestou aos sindicatos, na sua participação (desde o princípio) como Assistente no Gabinete de Investigações Sociais e na revista Análise Social, sob Direção de Sedas Nunes. Foi interveniente ativo no movimento da chamada Ala Liberal. Quando Melo e Castro - também ele um ceadequista de Coimbra - tentou, em 1969, transformar por dentro o regime e a União Nacional em sentido democrático, foi convidá-lo ao Porto para candidato a deputado. Tendo declinado o convite, apontou, em seu lugar, o nome do seu amigo Francisco de Sá Carneiro, que viria a ser o principal fator da fracassada abertura política, tentada pela ala liberal. Mário Pinto entendeu, na altura, que não estavam criadas, nos finais do regime anterior, as condições para um seu envolvimento na vida política. Não hesitou, porém, fazê-lo após o 25 de Abril de 1974, empenhando-se na construção do Partido Popular Democrático e aceitando ser deputado nas Constituintes de 1975. Seria aí, na Assembleia Constituinte, que se evidenciaria na defesa da consagração da democracia, em especial como Relator e depois porta-palavra parlamentar do PPD na Parte dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Mário Pinto bateu-se destacadamente na Constituinte pela

liberdade política, pela liberdade sindical, pela liberdade religiosa, pela liberdade de educação. Pode dizer-se, sem risco de exagero, que também à sua combatividade se ficou a dever o texto constitucional de 1976, nalgumas das suas traves mestras democráticas.

Ao mesmo tempo, Mário Pinto envolve-se na consolidação de um dos maiores projetos da Igreja em Portugal: a Universidade Católica Portuguesa, de que foi um dos mais notáveis construtores, à frente da nova e inovadora Faculdade de Ciências Humanas, que viria a notabilizar-se bem cedo pelos seus cursos de Gestão, Economia e Direito. Aqui teve expressão concreta a grande defesa que fará, intransigente e inteligentemente, da liberdade de educação no nosso país. O texto constitucional de 1976 consagrou uma visão supletiva do ensino particular e cooperativo em relação ao ensino público, acompanhando a dominância que ao tempo se dava ao pensamento estatizante. O debate travado não seria em vão. A semente deixada também com as destacadas intervenções de Mário Pinto havia de dar o seu fruto, quando na revisão de 1982 essa supletividade viria a ser substituída pela paridade entre os sectores.

Deputado na primeira legislatura, Mário Pinto marcou com a sua influência a elaboração da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, e a Lei sobre a Liberdade de Ensino, ambas de 1979, onde se reconhece aos pais a prioridade na escolha da educação para os filhos, e ao Estado a obrigação de assegurar a igualdade de oportunidades no exercício dessa escolha, entre a pluralidade de opções educativas. O reconhecimento generalizado desta autoridade em matéria de educação, levaria à sua escolha para desempenhar as funções de primeiro Presidente do Conselho Nacional de Educação, entre 1988-1991, após a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Defensor do princípio de subsidiariedade na organização da vida pública, e consequentemente da descentralização do Estado, de acordo com a doutrina social da Igreja, Mário Pinto aceitou, ainda, já nos anos 80, o cargo de Ministro da República na Região Autónoma dos Açores, dando expressão às suas convicções de maior autonomia e de maior liberdade dos corpos intermédios, sejam eles políticos ou sociais, adentro de uma preocupação pela coesão nacional.